



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



cosems|GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

RELATÓRIO DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Data: 21/10/2025

Horário: 09:00 horas

Por videoconferência

PAUTA

1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

2 – DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO

2.1 – Pactuar a transferência de recursos oriundos da Emenda Parlamentar de Bancada nº 71100001, destinados ao Fundo Estadual de Saúde de Goiás (FES), provenientes do Fundo Nacional da Saúde (FNS), no âmbito da Ação de Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas (MAC). (GCR/SES)

Dr. Tulio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento/SPLAN/SES, perguntou à Dra. Patrícia se as pautas 2.1 e 2.2 podem ser encaminhadas à Câmara Técnica.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu e Presidente do COSEMS/GO, respondeu que sim. Alertou a todos os gestores que estão tramitando emendas parlamentares. E disse que foi realizada uma reunião online, um bate-papo promovido pelo COSEMS Goiás, com a participação do Dr. Dárcio, diretor do Fundo, e de uma técnica da SAES, da Secretaria de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, para tratar sobre os novos ritos que precisam ser cumpridos e sobre como seguir cada passo corretamente, a fim de evitar diligências nas emendas. Explicou que o pleito é da Secretaria de Estado para emendas parlamentares e necessita desse rito, com a aprovação por meio de Resolução CIB, para que, após sua publicação, seja inserido no sistema e o pleito da emenda continue tramitando. Reforçou a importância de alertar os colegas para não deixarem para a última hora, uma vez que, muitas vezes, as demandas chegam em cima do prazo.

Dr. Tulio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento/SPLAN/SES, reforçou a fala da Dra. Patrícia, destacando que agora o processo é pedagógico, tanto para as assessorias dos parlamentares quanto para as secretarias municipais de saúde. Explicou que diversas mudanças foram implementadas visando maior alinhamento com o planejamento, além de promover racionalidade na aplicação, distribuição e alocação dos recursos e equipamentos. Assim, com base na nova legislação e normatização, é necessário seguir corretamente os novos procedimentos. Em

caso de dúvidas, é fundamental que os gestores procurem as Regionais de Saúde ou a SES, que estão aptas a prestar apoio em quaisquer questionamentos sobre as emendas parlamentares e a transferência de recursos da União para os municípios.

Encaminhamento: O item foi encaminhado para CT.

2.2 – Pactuar a transferência de recursos oriundos da Emenda Parlamentar de Comissão nº 50410002, destinados ao Fundo Estadual de Saúde de Goiás (FES), provenientes do Fundo Nacional da Saúde (FNS), no âmbito da Ação de Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas (MAC). (GCR/SES)

Apresentada junto à pauta 2.1.

Encaminhamento: O item foi encaminhado para CT.

2.3 – Pactuar a Capacitação em Amamentação e Cuidados com o Recém-Nascido.(GPES/SESG)

Dra. Neide Alves Rodrigues Manso – Coordenadora de Projetos Educacionais em Atenção (GPES/SESG), cumprimentou os presentes e apresentou a Capacitação em Amamentação e Cuidados com o Recém-Nascido. Disse que a mortalidade infantil ainda representa um desafio central para a saúde pública. O Brasil adota estratégias de aleitamento materno exclusivo até os seis meses, prática recomendada pela Organização Mundial da Saúde e pelo Ministério da Saúde. Destacou os benefícios da amamentação para o bebê, como a redução de infecções respiratórias e gastrointestinais, menor risco de alergias, obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares, além de melhor desenvolvimento cognitivo e imunológico e também os benefícios para a mãe: menor risco de câncer de mama e ovário, recuperação pós-parto mais rápida, fortalecimento do vínculo afetivo e efeito contraceptivo natural. Apresentou os principais objetivos da política estadual “Amamentação sem Dor em Goiás”: respeito ao aleitamento livre e informado e capacitação profissional nas maternidades públicas. O curso será estruturado conforme as novas diretrizes da Rede Alyne, que substitui a Rede Cegonha, com ênfase em práticas seguras e atualizadas de cuidado à mulher e ao recém-nascido e que o fortalecimento da amamentação é essencial para a redução da mortalidade infantil. Enfatizou que a formação profissional contínua é considerada um pilar estratégico e que Goiás se destaca por políticas e ações integradas, reforçando o compromisso com o cuidado materno-infantil e que a meta é capacitar anualmente até 100 profissionais de saúde da Atenção Primária e da rede privada conveniada com o SUS, que atuam diretamente com o binômio mãe-bebê, além de pessoas da comunidade em geral. A metodologia do curso, que será ofertado na modalidade de educação a distância, sem tutoria, ou seja, auto-instrucional, carga horária total será de 60 horas, e o curso será disponibilizado na plataforma Mundo, no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) - Educa Saúde da SESG, a matriz curricular está distribuída em seis componentes curriculares, com 10 horas cada, totalizando 60 horas: 1 –

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Aspectos psicológicos, sociais e físicos relacionados à amamentação; 2 – Intercorrências relacionadas à amamentação e suporte do Banco de Leite Humano; 3 – Amamentação e doenças transmissíveis versus imunização; 4 – Amamentação em situações de vulnerabilidade social; 5 – Cuidados e observação global ao recém-nascido; 6 – Alimentação complementar saudável para crianças menores de dois anos. Informou que a equipe docente será composta por um coordenador técnico-pedagógico e seis conteudistas, sendo um responsável por cada componente curricular. A formação acadêmica exigida será nas áreas de enfermagem, psicologia, medicina, nutrição e fonoaudiologia, com titulação mínima de especialista. Apresentou o cronograma previsto: Setembro e outubro: apresentação às instâncias colegiadas; Dezembro de 2025: processo seletivo para os conteudistas; Janeiro e fevereiro de 2026: elaboração e análise do material didático-pedagógico; Março e abril: análise e diagramação do material; Maio: previsão de disponibilização do curso na plataforma. Destacou a planilha de gastos, contemplando valores para o coordenador técnico-pedagógico (uma parcela), seis conteudistas e conteudistas revisores, prevendo a necessidade de atualização do material no (AVA). O valor total estimado para o curso é de R\$ 16.590,00. Encerrou a apresentação, compartilhou a seguinte reflexão: “Amamentar e cuidar são atos que renovam continuamente. Ambos sustentam a vida e constroem o futuro.” Colocou-se à disposição para esclarecimentos.

Dr. Túlio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento da Superintendência de Planejamento da SES, agradeceu a apresentação de Neide. **Dra. Neide Alves Rodrigues Manso, Coordenadora de Educação Permanente em Saúde da CEPS,** agradeceu pela oportunidade.

Dr. Túlio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento da Superintendência de Planejamento da Secretaria de Estado da Saúde, perguntou se a Dra. Patrícia teria algum comentário.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – Secretária Municipal de Saúde de Araçu e Presidente do COSEMS, agradeceu a Dra. Neide e ressaltou que o curso é necessário para a qualificação do cuidado, especialmente na atenção primária. Destacou que o tema tem sido amplamente discutido no momento, com foco na redução da mortalidade materna e infantil, e na melhoria do cuidado assistencial no nível primário, a fim de diminuir o número de encaminhamentos desnecessários. Informou que, pelo COSEMS, a proposta foi encaminhada para a Câmara Técnica da CIB.

Dr. Túlio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento da Superintendência de Planejamento da Secretaria de Estado da Saúde, concordou e ressaltou que a iniciativa reforça todas as ações que estão sendo realizadas em âmbito estaduais relacionadas ao cuidado materno e infantil. Destacou que esse cuidado envolve especialmente a Rede Nascer e a atenção primária, fortalecendo a assistência aos bebês. Em seguida, informou o encaminhamento da pauta para a Câmara Técnica, referente ao item 2.4 – Pactuar a capacitação para operadores de suporte médico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), com ênfase no transporte aéreo.

Encaminhamento: O item foi encaminhado para CT.

2.4 – Pactuar a Capacitação para Operadores de Suporte Médico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, com Ênfase no Transporte Aéreo. (CBM/COA – GO)

Dr. Adriel Alves de Souza, representante do Centro de Operações Aéreas do Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás, cumprimentou a todos e agradeceu à Secretaria de Estado da Saúde, a cada superintendência e gerência pela colaboração. Explicou que o projeto surgiu de uma demanda interna e que o Coronel Alberto participou das reuniões iniciais que deram origem à proposta. O coronel pediu que transmitisse suas desculpas por não estar presente, pois precisou atender a uma convocação, e o incumbiu de apresentar o projeto. Mencionou que atua no Centro de Operações Aéreas, chefiando a sessão de estudo, capacitação e instrução, além de exercer a função de piloto de aeronaves de asa fixa. Agradeceu novamente e questionou se poderia iniciar a apresentação.

Dr. Túlio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento da Superintendência de Planejamento da SES, autorizou o início da apresentação.

Dr. Adriel Alves de Souza – Representante do Centro de Operações Aéreas do Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás, explicou que o projeto se refere à capacitação dos operadores de suporte médico (OSMS) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Ressaltou a importância dessa capacitação para os profissionais que desejam atuar em operações no Centro de Operações Aéreas do Corpo de Bombeiros. Destacou que a iniciativa está inserida no contexto da implantação e fortalecimento da Rede de Atenção a Urgências e Emergências (RUE) no Estado de Goiás, em uma ação articulada entre a Secretaria de Estado da Saúde e o Corpo de Bombeiros, por meio do Centro de Operações Aéreas, unidade especializada em operações aéreas. Informou que a frota atual é composta por quatro aeronaves de asas fixas, com a implantação de aeronaves de asas rotativas em processo de aquisição e locação, em parceria com a Secretaria de Saúde. O projeto pedagógico do curso é destinado a médicos e enfermeiros, que integrarão as equipes aeromédicas do POA, e tem como objetivo habilitar os profissionais a prestar atendimento pré hospitalar seguro e eficiente em situações de urgência e emergência, desempenhando também papel fundamental no transporte aeromédico secundário. Esclareceu que as aeronaves de asas fixas realizam principalmente transportes secundários, como o deslocamento de pacientes de Uruaçu para Catalão, enquanto os helicópteros e aeronaves de asas rotativas operam em locais restritos e realizam atendimentos primários, incluindo situações de emergência, garantindo o transporte seguro até o atendimento intra hospitalar. Disse que o Hospital Santa Genoveva abriga o Centro de Operações Aéreas (COA), que possui um hangar destinado às aeronaves. No momento, a equipe é composta por 10 pilotos de helicóptero, dos quais quatro são qualificados como comandantes de aeronaves. No caso de asa fixa, há uma equipe de 11 pilotos, sendo cinco comandantes. Há um processo de treinamento de novos pilotos para que possam se juntar ao serviço. Ademais, cerca de 20 médicos e 31 enfermeiros trabalham em regime de revezamento. A Rede de Atenção a Urgências e Emergências – RUE promoverá a descentralização do serviço, garantindo maior cobertura e resposta rápida. Para isso, será necessário ampliar o efetivo de pilotos, médicos e enfermeiros, cobrindo toda a Macrorregião de Saúde. As bases descentralizadas terão infraestrutura adequada para garantir resposta eficiente e uso racional dos recursos do componente

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

SAMU 192 Macrorregional. O plano de ação prevê bases com estrutura para abrigo, alimentação, conforto das equipes, estacionamento de ambulâncias, além da disponibilidade de transporte aeromédico (asa fixa e rotativa). A meta inicial é capacitar, anualmente, até 150 profissionais do SAMU, entre médicos e enfermeiros, conforme protocolos técnicos e regulamentos específicos, como o RBAC nº 90 (Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil). Este regulamento define a formação e conteúdos obrigatórios para candidatos que desejam atuar como Operadores de Suporte Médico - (OSM). Toda documentação será remetida à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC para fiscalização. A metodologia inicial será em Educação a Distância (EAD), sem tutoria, com curso disponível continuamente na plataforma virtual de aprendizagem (AVA). A carga horária prevista é de 50 horas. A matriz curricular foi elaborada conforme o RBAC nº 90 (Regulamento Brasileiro da Aviação Civil), incluindo temas como segurança de voo; fisiologia de voo; transporte aeromédico de recém-nascidos; legislação da unidade e conhecimentos gerais sobre procedimentos das aeronaves e atribuições operacionais para asa fixa e rotativa. Existe uma planilha financeira contendo os valores estimados para a realização do curso. O cronograma estabelece as seguintes etapas: de julho a agosto, elaboração do projeto; de setembro a outubro, apresentação nas instâncias colegiadas; novembro, processo seletivo para conteudistas; dezembro, criação do material didático-pedagógico; janeiro, diagramação do material didático; fevereiro, disponibilização do curso no AVA para início do treinamento. As referências bibliográficas utilizadas são, em sua maioria, relacionadas à aviação. O treinamento contará com instrutores pilotos e profissionais médicos para aplicação prática. Encerrando, reforça-se a importância da capacitação para garantir segurança, eficiência e qualidade no atendimento aeromédico e ficou disponível para esclarecer quaisquer dúvidas.

Dr. Tulio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento/SPLAN/SES, agradeceu ao Capitão e perguntou se havia algum complemento ou comentário.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu e Presidente do COSEMS/GO, disse que o tema é muito valioso, destacando a importância de acompanhar e participar da articulação que vem ocorrendo para o fortalecimento do serviço aeromédico, dada a peculiaridade do estado. Afirmou que essas discussões com o Coronel Alberto ocorrem há aproximadamente três anos e meio, evidenciando a necessidade e a relevância do serviço aeromédico, que tem papel crucial no salvamento de vidas. Reforçou que o transporte aeromédico é determinante para aumentar as chances de sobrevivência dos pacientes transportados, sendo, portanto, um serviço essencial. Destacou a satisfação em acompanhar essa iniciativa e mencionou que a Diretora da Macrorregião de Saúde Centro-Norte, Ludmila, tem participado ativamente das discussões, sendo essa região pioneira no tema. Em seguida, passou a palavra para Ludmila.

Dra. Ludmila Machado – Secretária Municipal de Saúde de Jaraguá/Diretora da Macrorregião de Saúde Centro Norte, considerou pertinente a orientação apresentada e relatou ter uma dúvida sobre o treinamento. Questionou se o treinamento será destinado a todos os profissionais ou apenas aos inscritos, e se os profissionais do município poderão participar. Explicou que, em Jaraguá, há uma base descentralizada com médico e enfermeiro que já prestaram serviço no COA e têm interesse em permanecer no transporte aeromédico. Solicitou esclarecimento sobre a especificidade do treinamento e sobre a planilha de custos mencionada.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dr. Adriel Alves de Souza do Centro de Operações Aéreas do Corpo de Bombeiro do Estado de Goiás, esclareceu que a planilha se refere à atuação e pagamento dos docentes que ministrarão as instruções e farão as gravações dos vídeos. Disse que haverá uma seleção para os docentes e que o treinamento será aberto a todos os interessados. Explicou que serão realizados dois cursos: um na modalidade EAD e outro prático, sendo o treinamento teórico pré-requisito exigido pela ANAC para participação no prático. Após a conclusão do curso teórico, será feita uma nova seleção para os profissionais que desejarem ingressar no transporte aeromédico. Ressaltou que o curso permitirá identificar os profissionais com maior afinidade com a aviação, o que é fundamental para o serviço.

Dra. Ludmila Machado – Secretaria Municipal de Saúde de Jaraguá/Diretora da Macrorregião de Saúde Centro Norte, agradeceu os esclarecimentos e perguntou se havia data prevista para o início do treinamento.

Dr. Adriel Alves de Souza – Centro de Operações Aéreas do Corpo de Bombeiro do Estado de Goiás, disse que o processo está em andamento e que, após a reunião, será realizada a seleção dos docentes e a gravação do material em vídeo. A previsão é de que o curso teórico tenha início no próximo ano, conforme o cronograma, e que o curso prático seja iniciado até março ou abril do mesmo período.

Dra. Ludmila Machado – Secretaria Municipal de Saúde de Jaraguá/Diretora da Macrorregião de Saúde Centro Norte, disse que as dúvidas foram sanadas, colocou-se à disposição para contribuir e apoiar na divulgação. Enquanto diretora da Macrorregião de Saúde Centro Norte, está engajada nas ações e acredita que o curso será excelente. Afirmou que, assim que houver definição sobre o período de inscrição, auxiliará na divulgação.

Dr. Adriel Alves de Souza – Centro de Operações Aéreas do Corpo de Bombeiro do Estado de Goiás, agradeceu e reiterou que a equipe está à disposição para qualquer esclarecimento.

Dr. Tulio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento/SPLAN/SES, solicitou licença ao Capitão Adriel e mencionou que Dra. Neide havia compartilhado no chat o cronograma referente às fases do edital. Convidou a equipe da Escola a complementar as informações, caso desejasse.

Dra. Neide Alves Rodrigues Manso – Coordenação de Educação Permanente em Saúde, disse que, caso o processo seletivo seja pactuado na CIB, a previsão é que ele ocorra em novembro, com início no mês seguinte para a seleção dos conteudistas responsáveis pela elaboração do material. Após a diagramação, a previsão é de que o conteúdo seja disponibilizado no AVA em fevereiro de 2026. Esclareceu ainda que a seleção dos profissionais dos municípios dependerá do consórcio.

Dr. Tulio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento/SPLAN/SES, agradeceu os esclarecimentos adicionais e informou que havia uma pessoa com a mão levantada para falar.

Encaminhamento: O item foi encaminhado para CT.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

2.5 – Pactuar a aquisição de Unidade Móvel de Saúde, Nº da Proposta: 11284175000125004 – Ano: 2025 (SMS – GUARAÍTA)

Dra. Raquel – SMS de Guaraíta, disse que teria uma apresentação e a Dra. Denise ajudaria com a apresentação do Projeto.

Dra. Denise – Técnica da SMS de Guaraíta, disse que o município não tem transporte eletivo, e a prefeitura pleiteou conforme a solicitação da demanda ser grande e teria somente esse veículo, foi colocado essa demanda à CIB para uma resolução, e devido a uma diligência que foi cobrado pela prefeitura era a inserção da resolução CIB no cadastro da proposta, portanto necessitariam da resolução para terem êxito na solicitação do transporte sanitário eletivo.

Dr. Túlio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento/SPLAN/SES, disse que essa questão da diligência seria o motivo de outros municípios terem pedido a pauta.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu e Presidente do COSEMS/GO, perguntou se a Dra. Simone e Dra. Érica estivessem presente na reunião GT, para que elas pudessem contextualizar um trabalho que estão preparando para que fosse evitado as diligências. Sugeriu que os outros municípios apresentassem e depois elas (Dra. Simone e Dra. Érica), pudessem contextualizarem devido um trabalho muito bacana que evitaria essas diligências.

Dr. Túlio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento/SPLAN/SES, reforçou a fala da Dra. Patrícia que a Dra. Simone estava fazendo um trabalho muito bom para evitar essas diligências junto a Dra. Érica, sugeriu que os outros municípios apresentassem.

Encaminhamento: discutida junto com a 2.6, e 2.9 O item foi encaminhado para CT.

2.6 – Pactuar a aquisição de Unidade Móvel de Saúde, Nº da Proposta: 07784414000125003 – Ano: 2025 (SMS – MAMBAÍ)

Dra. Jaki Yanne Santana – SMS de Mambai, disse que da mesma forma do município de Guaraíta, e que estavam precisando muito do veículo de transporte sanitário para pacientes eletivos, devido estarem a mais de 500 Km de distância de Goiânia e precisariam muito desse transporte sanitário.

Dr. Túlio Silva Oliveira – Superintendência de Planejamento, agradeceu pela explicação detalhada, destacando que se trata de uma problemática que precisa ser trabalhada; ressaltou que a equipe fica satisfeita com essas iniciativas de melhoria, valorizando o esforço e a dedicação aplicados ao tema.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu e Presidente do COSEMS, complementou destacando que o que mais agradou foi a proposição do projeto da SES, que fornece um sumário detalhado indicando tudo o que precisa constar no projeto e direcionando onde levantar cada informação. Ressaltou que isso deve ser valorizado, e o COSEMS observou

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

com atenção, pois oferece a direção necessária, frente à quantidade de diligências que dificultam a qualificação do transporte sanitário eletivo. Comentou que essa iniciativa contribui para mitigar a problemática destacada pela Dra. Erika.

O item foi encaminhado para CT.

2.7 – Pactuar o Regimento Interno dos Comitês Gestores Macrorregionais da Rede de Urgência e Emergência (RUE) – Condições Agudas. (SUPERRE/SES)

Dra. Érika Lopes Rocha Batista – Superintendente de Regionalização/SUPERRE, esclareceu que existem duas pautas de pactuação referentes a dois comitês distintos, mas com muitas semelhanças, motivo pelo qual se optou por realizar uma apresentação única para ambas. Esse trabalho é fruto de um esforço muito grande da equipe da SES, de representantes dos municípios e do COSEMS. Destacou que os Comitês Gestores Macrorregionais foram criados pela Resolução CIB nº 382/2025, de 02/06/2025, que atualizou o regimento da CIB e instituiu dois Comitês Gestores Macrorregionais. Esses comitês são grupos temáticos vinculados à Secretaria, com caráter técnico e consultivo, criados para subsidiar a Comissão Intergestores Macrorregional nas decisões e pactuações. O objetivo do comitê gestor macrorregional é emitir pareceres e recomendações que ofereçam suporte ao plenário. Explicou que atualmente existem dez comitês gestores em funcionamento no estado de Goiás, cada um com dois suportes, entre eles o Comitê Gestor Macrorregional das Condições Agudas, vinculado à RUE, e o Comitê Gestor Macrorregional das Condições Crônicas e Ciclos de Vida. Todas as redes de atenção terão seu acompanhamento e monitoramento discutidos no âmbito desses comitês gestores macrorregionais. A composição compartilhada pelos dois comitês, com direito a voz e voto, conta com o diretor-geral macrorregional da Secretaria de Estado da Saúde, o diretor macrorregional do COSEMS, os coordenadores gerais das Regionais de Saúde da Macrorregião de Saúde indicados pela SES, os coordenadores das CIRs da macrorregião eleitos pelos secretários municipais da região, a coordenação da Central de Regulação Macrorregional de Leitos ou representante da Central de Regulação de Leitos, além de um representante do Ministério da Saúde. Acrescentou que, especificamente no Comitê Gestor das Condições Agudas, também compõem a estrutura, com direito a voz e voto, o gestor de saúde do município do presidente do consórcio macrorregional intermunicipal de saúde responsável pelo gerenciamento do SAMU-192, onde houver consórcio instalado, e o diretor técnico médico do SAMU-192 macrorregional do consórcio instalado ou, na ausência do consórcio, um diretor técnico médico do SAMU com Central de Regulação de Urgência existente na macrorregião, indicado por seus pares. Cada macrorregião conta com, pelo menos, um representante da SES das áreas de Vigilância em Saúde e Atenção à Saúde, além de pelo menos um técnico municipal da macrorregião, indicado pelo COSEMS, também das áreas de Vigilância em Saúde e Atenção à Saúde.

Encaminhamento: O item foi encaminhado para CT.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

2.8 – Pactuar o Regimento Interno dos Comitês Gestores Macrorregionais das Condições Crônicas e Ciclos de Vida. (SUPERRE/SES)

Foi apresentado junto ao item 2.7

Encaminhamento: O item foi encaminhado para CT.

2.9 – Solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Castelândia, de aquisição de Unidade Móvel de Saúde (Ambulância, Tipo D), junto ao Ministério da Saúde, conforme Plano de Ação 09032025-082373/2025, no valor de R\$ 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais). (SMS CASTELÂNDIA)

Dra. Leonilda – SMS Castelândia, esclareceu que a CIB já havia elaborado a resolução, mas o Ministério da Saúde não aceitou a versão AD REFERENDUM. Será necessário que a resolução seja aprovada pelo colegiado. O aguardo dessa resolução é essencial para que seja possível cumprir a diligência.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu e Presidente do COSEMS/GO, agradeceu e esclareceu que a resolução precisa ser posterior à CIB. Todas as resoluções emitidas antes da data da CIB são emitidas AD REFERENDUM. Assim, a questão será encaminhada para a Câmara Técnica da CIB, com o objetivo de atualizar a resolução.

Dra. Leonilda – SMS Castelândia, reforçou que a resolução não foi aceita pelo Ministério da Saúde.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu e Presidente do COSEMS/GO, informou que o assunto será incluído na pauta da Câmara Técnica. Questionou se tem alguém presente da Gerência para participar da discussão.

Dra. Lirce Lamounier – Secretária Executiva/CIB, comentou que havia solicitado, em conversa com o Dr. Ernesto, incluir os municípios de Guaraíta e Mambai. Explicou que Castelândia já havia ocorrido problema, pois essa seria a segunda resolução elaborada, e o Ministério da Saúde não aceitou a versão anterior. Como a reunião do GT e da CIB estava próxima, decidiu-se, em acordo com o Dr. Ernesto, incluir Guaraíta e Mambai para resolver a situação desses municípios. Ressaltou que, caso se elaborasse uma nova Resolução AD REFERENDUM, poderia não ser aceita, e, considerando que estão no período do GT e de CIP, essa medida facilitaria o trabalho tanto dos municípios quanto da equipe.

Dra. Leonilda – SMS Castelândia, registrou agradecimento a Dra. Lirce, destacando que sempre que necessário, tem-se mantido atenta aos municípios e resolve questões em tempo real. Expressou gratidão pelo apoio e pela dedicação.

Dra. Lirce Lamounier – Secretária Executiva/CIB, afirmou que a equipe estará sempre disponível para apoiar os municípios.

Dr. Tulio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento/SPLAN/SES, disse que, conforme mencionado pela Dra. Patrícia, foi elaborada uma Nota Explicativa sobre o Transporte

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Sanitário Eletivo, com o objetivo de auxiliar os municípios a compreender: as fontes de financiamento disponíveis; a que caracteriza o transporte sanitário eletivo; as modelos de financiamento e registros obrigatórios no RENEM – Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes e no SIGEN – Sistema de Informação e Gerenciamento de Equipamentos e Materiais do Ministério da Saúde; os tipos de veículos que podem ser utilizados; a forma de recebimento dos recursos. Acrescentou que a Nota Explicativa será enviada em breve e que também há um fluxo detalhado explicando como elaborar o Projeto Técnico do Transporte Sanitário Eletivo. Esclareceu que o trabalho está sendo conduzido no âmbito da SES, com a participação da Dra. Erika e sua equipe, visando estruturar um projeto consistente. Ressaltou que a Dra. Erika poderá fornecer mais detalhes sobre o trabalho desenvolvido e que o objetivo é oferecer suporte aos municípios e melhorar a gestão do transporte sanitário eletivo entre as áreas sanitárias.

Dra. Érika Lopes Rocha Batista – Superintendente de Regionalização/SUPERRE, agradeceu e explicou que a contextualização que queria apresentar se refere à diferença entre plano de ação e projeto técnico. O Ministério da Saúde não aceita plano de ação para o transporte sanitário eletivo, exigindo que seja apresentado um projeto técnico. A Nota Explicativa está sendo elaborada justamente para detalhar cada etapa desse projeto técnico, especificando quais informações precisam constar para que a proposta do município seja aceita pelo Ministério da Saúde. O trabalho está sendo desenvolvido pela Gerência de Planejamento Regional, vinculada ao Dr. Túlio, mas a Superintendência da Regionalização está apoiando o projeto. O objetivo é ampliar a análise, considerando a relevância do transporte sanitário eletivo no estado de Goiás. Destacou que esse serviço é essencial não apenas para deslocamento de pacientes para consultas e exames, mas também para pacientes pós-alta hospitalar, sendo monitorado pelo sistema de prontuário eletrônico para acompanhar o tempo e recursos que cada município utiliza para buscar pacientes. Ressaltou que há uma situação crítica em que pacientes com alta hospitalar ocupam leitos devido a dificuldades no transporte sanitário eletivo, impactando a regulação de leitos hospitalares. Por isso, é necessário, em conjunto com os municípios, realizar uma análise mais ampla da situação, com o objetivo de desenhar um modelo eficiente e benéfico para todos. Finalizou informando que a Nota Técnica explicativa será publicada em breve e que, em parceria com os municípios, será possível ampliar o poder de análise e desenvolver soluções mais adequadas para o transporte sanitário eletivo.

Dr. Tulio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento/SPLAN/SES, agradeceu pela explicação detalhada, destacando que se trata de uma problemática que precisa ser trabalhada. Ressaltou que a equipe fica satisfeita com essas iniciativas de melhoria, valorizando o esforço e a dedicação aplicados ao tema.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu e Presidente do COSEMS/GO, complementou destacando que o que mais agradou foi a proposição do projeto da SES, que fornece um sumário detalhado indicando tudo o que precisa constar no projeto e direcionando onde levantar cada informação. Ressaltou que isso deve ser valorizado, e o COSEMS observou com atenção, pois oferece a direção necessária frente a quantidade de diligências que dificultam a qualificação do transporte sanitário eletivo. Comentou que essa iniciativa contribui para mitigar a

problemática destacada pela Dra. Erika e reforçou que, pelo COSEMS, os assuntos (item 2.5, 2.6 e 2.9) seguirão para a Câmara Técnica da CIB.

Encaminhamento: itens 2.5, 2.6 e 2.9 para a CT da CIB

INCLUSÃO DE PAUTA

1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

2 – DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO

2.10 – Pactuar a alteração do Anexo único da Resolução N.º 382/2025-CIB – Art. 59. Onde lia-se: Art. 59 A CT-CIR será constituída paritariamente por representantes das Secretarias Municipais de Saúde da região e representantes da SES da região de saúde. Os representantes serão designados via ofício à Secretaria Executiva da CIR. Lê-se: Art. 59 A CT – CIR será constituída por representantes das Secretarias Municipais de Saúde da região e representantes da SES da região de saúde. (COSEMS)

Dra. Patrícia Palmeira B. Fleury – Presidente do COSEMS/SMS de Araçu, esclareceu que se tratava apenas de uma correção de redação. Que o termo correto não é “constituída”, e sim “conduzida”, ressaltando que, em textos densos, esse tipo de detalhe pode passar despercebido, mas precisa ser ajustado, pois uma única palavra altera completamente o sentido. Observou que, ao dizer “constituída paritariamente”, seria necessário considerar a composição dos atores participantes, quantos representam o Estado e quantos representam os Municípios, o que, na prática, é inviável. Destacou que, na realidade, a Câmara Técnica é conduzida paritariamente, pelo coordenador da CIR e pelo coordenador estadual da Regional de Saúde. Concluiu informando que, pelo COSEMS, o item segue para a Câmara Técnica da CIB.

Dra. Érika Lopes Rocha Batista – SES, disse que o ponto mencionado pela Dra. Patrícia está alinhado à explicação apresentada na última exposição. Que, ao aprovar os regimentos, sempre que se identifica a necessidade de algum ajuste e não há dificuldade em realizar as adequações necessárias nos termos ou nas palavras, de modo a garantir a participação de todos e refletir isso na prática. Apontou que este é um exemplo claro, explicando que, assim como a CIR, que diferentemente de outros espaços intergestores, não possui composição paritária, entendeu-se que a Câmara Técnica deveria seguir a mesma lógica, por ser o primeiro espaço de recebimento de pautas e um espaço de formação coletiva. Concluiu que se trata de um pequeno ajuste de redação, mas com impacto significativo no território, e informou que, pela SES, a pauta também segue para a Câmara Técnica da CIB.

Encaminhamento: O item foi encaminhado para CT.

3 – INFORMES:

3.1 – Apresentação com informes sobre o andamento do Projeto Nós na Rede. (SESG/SES)

Dra. Elaine Mesquita - SESG/SES, cumprimentou a todos e informou que é a mobilizadora do Projeto Nós na Rede no Estado de Goiás, pactuado no final do ano passado. Que o projeto está iniciando o segundo ciclo, que começará no mês de março e seguirá até o final de julho. A importância de lembrar que, em fevereiro, os municípios interessados no curso deverão confirmar a participação. O curso trabalha com dois eixos: Atenção Integral às Pessoas que Fazem Uso Prejudicial de Álcool e Outras Drogas e Atenção Integral às Pessoas em Sofrimento Mental e em Conflito com a Lei. Trata-se de um curso híbrido, com carga horária total de 90 horas, sendo 30 horas presenciais divididas em cinco encontros - um por mês, ao longo de cinco meses. Explicou que o Ministério da Saúde, ao disponibilizar o curso por meio da administração da Fiocruz teve como intenção fortalecer o modelo psicossocial, proporcionando à RAPS maior instrumentalização e espaço de educação permanente. O objetivo é ampliar o conhecimento dos profissionais sobre o cuidado às pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas, bem como àquelas em sofrimento mental e em conflito com a lei. Informou que, em Goiás, foram aprovadas 1.162 vagas, e que, quando abertas as inscrições para adesão dos municípios, houve mais de 4.000 solicitações. O primeiro ciclo teve início em agosto deste ano e será concluído em fevereiro. Por ter sido a fase inicial, incluiu a formação dos educadores, o que estendeu o período de execução. O segundo ciclo começará em março e terminará no final de julho. Destacou que já foi realizada reunião com os municípios contemplados neste segundo ciclo, apresentando a lista: Anápolis, Alexânia, Aparecida de Goiânia, Hidrolândia, Aurilândia, Aragarças, São Luís de Montes Belos, São João da Paraúna, Bela Vista de Goiás, Caldas Novas, Ipameri, Urutaí, Goiânia, Nerópolis, Inhumas, Trindade, Goiás, Jaraguá, Jataí, Chapadão do Céu, Mineiros, Portelândia, Morrinhos, Goiatuba, Panamá, Niquelândia, Rio Verde, Acreúna, São Simão, Senador Canedo, Piracanjuba, Silvânia e Orizona. Comentou que, no primeiro ciclo, a prioridade foi dada às regiões do Entorno Norte e Entorno Sul de Goiás, e que agora a ação foi ampliada para outras regiões. Esclareceu que a seleção dos municípios se deu por meio de pactuação no Grupo Condutor do Projeto Nós na Rede, composto por parceiros que sugeriram e definiram, conjuntamente, os critérios de escolha. Reforçou que, em fevereiro, os secretários de saúde desses municípios negociaram as contrapartidas, que consistem em liberar os profissionais para as aulas presenciais - uma por mês - e garantir quatro horas e meia semanais para os estudos on-line. Os municípios-sede serão responsáveis por disponibilizar o espaço físico para a realização das aulas presenciais, conforme pactuado. O entusiasmo e a motivação dos municípios na adesão ao curso e apresentou os parceiros envolvidos: Gerência de Saúde Mental do Estado (SPAIS); Referências Técnicas Estaduais e Municipais; Superintendência da Escola de Saúde de Goiás (SESG); Secretaria Executiva do COSEMS – Apoiadores dos Municípios e do Estado; as 18 Regionais de Saúde; Grupo Condutor da RAPS (Grupo Executor) e Coordenadores da RAPS, que contribuíram com a divulgação e a pactuação do curso. Informou que foi enviado, na semana anterior, um e-mail aos secretários de saúde dos municípios participantes do segundo ciclo, solicitando o preenchimento da planilha com os nomes dos profissionais indicados para o curso. O e-mail foi acompanhado de uma cartilha explicativa para auxiliar gestores que ingressaram após o lançamento do projeto.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Ressaltou que a planilha com as indicações deverá ser devolvida até 5 de novembro, prazo final para o envio das informações. Encerrando, agradeceu o espaço concedido para a notificação e divulgação do segundo ciclo do Projeto Nós na Rede, reforçando a importância da continuidade da iniciativa no fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial em Goiás.

Dra. Patrícia Palmeira – Presidente do COSEMS/ SMS de Araçu, agradeceu pela apresentação e ressaltou que o Cosems Goiás vem discutindo o Projeto Nós na Rede há bastante tempo, já completando um ano desde a primeira vez em que foi informado que o projeto chegaria aos territórios. Destacou que o anseio pelo curso é evidente, refletido nas mais de quatro mil solicitações de participação, embora neste momento pouco mais de mil pessoas sejam contempladas. Ressaltou que ainda há cerca de três mil profissionais aguardando oportunidade de qualificação. Aproveitou o momento para reforçar a importância da parceria com a Fiocruz para a qualificação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) como um todo, em todos os níveis de atenção. Em todas as oportunidades de fala, o COSEMS Goiás tem defendido a necessidade de deixar de restringir a RAPS apenas aos CAPS e de limitar as discussões a esse nível de atenção. Explicou que os municípios solicitam e estruturam ações voltadas aos CAPS, o que é essencial para o cuidado de pacientes com transtornos graves e em crise, porém é preciso ampliar o olhar para além desse espaço. Salientou que há uma grande parcela da população com insônia, ansiedade e depressão que não necessita de atendimento em CAPS mas que precisa ser acolhida e acompanhada na Atenção Primária à Saúde (APS). Reforçou o apelo para que a parceria Ensino-Serviço continue sendo fortalecida, pois é extremamente valiosa, e defendeu a construção de estratégias em nível nacional para qualificar o cuidado psicossocial na APS. Comentou que se exige muito da Atenção Primária, cujos indicadores são afetados e o cofinanciamento é recebido com base no alcance dessas metas. Lembrou que essa rede cuida de toda a linha da vida, desde a gestante e o recém-nascido até o envelhecer saudável, desenvolvendo ações de prevenção e controle de doenças crônicas, atualização do cartão vacinal, realização de curativos, diagnósticos e pequenos procedimentos como eletrocardiogramas, ultrassonografias, inserção de DIU e retirada de unha. A APS lida constantemente com condições agudas, enfrentando ciclos de agravos que se alternam: melhora de COVID-19, surgimento de influenza, depois dengue com o calor e as chuvas, e, recentemente, as situações relacionadas ao metanol. Apontou que, em meio a todas essas demandas, é preciso também priorizar o cuidado psicossocial, desde o acolhimento dos trabalhadores das equipes até a população dos territórios. Fez um pedido para que, sempre que houver oportunidade, a pauta da qualificação em saúde mental e atenção psicossocial seja trazida à discussão nacional, incluindo a inserção dessa temática nas UBS e nas práticas de cuidado em saúde. Finalizou expressando satisfação em acompanhar o informe e ver o Projeto Nós na Rede consolidado após tantas discussões e contribuições conjuntas. O valor do trabalho construído a muitas mãos e a alegria de ver o projeto formatado e pronto para iniciar nos territórios, com interações ativas entre os participantes o que demonstra o verdadeiro anseio do território por qualificação. Encerrando, parabenizou pela condução do trabalho, em nome do COSEMS Goiás.

Dra. Elaine Mesquita – SESG/SES, informou que a reivindicação em relação à Atenção Primária à Saúde foi atendida. Explicou que foi aberto espaço para a participação das equipes, assim como para os hospitais que possuem os leitos em saúde mental. Essa ampliação representa



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



cosems|GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

uma conquista fruto da luta do COSEMS, ressaltando a importância dessa discussão e dessa preocupação constante. Lembrou que, no início do ano, foi lançado também um curso voltado aos agentes comunitários de saúde na área de saúde mental, com o objetivo de ampliar o envolvimento e fortalecer o cuidado na rede. Pontuou que o Projeto Nós na Rede está atualmente no segundo ciclo, enquanto o primeiro ciclo segue em andamento. Explicou que o e-mail encaminhado aos gestores refere-se ao segundo ciclo, que contará com 14 novas turmas. Que já houve diálogo com a Gerência de Saúde Mental, e que, após o término dos ciclos propostos, todo o material ficará disponível na plataforma. Informou ainda que a Gerência de Saúde Mental se comprometeu a auxiliar na ampliação do acesso ao conteúdo para os municípios que não forem contemplados nesta etapa, garantindo que o projeto não se restrinja aos 1.216 participantes atuais, mas alcance também os demais entre as 4.000 solicitações recebidas.

ENCAMINHAMENTO: O item foi encaminhado para CT.